



Segregação Socioespacial e Direito à Paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ)

Socio-spatial Segregation and the Right to the Landscape in the South Zone of Rio de Janeiro (RJ)

Segregación Socioespacial y el Derecho al Paisaje en la Zona Sur de Río de Janeiro (RJ)

Tamiris Batista Diniz [*]
Guilherme Preato Guimarães [**]

[*] Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: tamirisbdiniz@hotmail.com.

[**] Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Geografia e Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ-FEBF). E-mail: preato.profgeo.uerj@gmail.com.

Resumo: Este trabalho busca analisar como as interseções étnico-raciais e de classe estruturam a produção da paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro, resultando e sendo resultado do processo de segregação socioespacial legitimado pelo Estado. A pesquisa tem como abordagem a perspectiva quali-quantitativa e adotou como instrumentos metodológicos a revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários do Instituto Pereira Passos e do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, trabalho de campo e elaboração de mapas temáticos. Os resultados indicam um padrão de segregação que combina alta concentração de população preta e parda e baixos rendimentos nas áreas de favela, em contraste com os bairros, que apresentam predominância de população branca e faixas de renda superiores a dez salários mínimos.

Palavras-chave: Direito à paisagem; Segregação socioespacial; Zona Sul do Rio de Janeiro.

Abstract: This study seeks to analyze how ethnic-racial and class intersections structure the production of the landscape in Rio de Janeiro's South Zone, both resulting from and reinforcing the process of socio-spatial segregation legitimized by the State. The research adopts a quali-quantitative approach and employed methodological instruments such as a literature review, secondary data collection from the Pereira Passos Institute and the 2022 Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, fieldwork, and the development of thematic maps. The results indicate a segregation pattern characterized by a high concentration of black and brown populations and low incomes in favela areas, in contrast with the formal neighborhoods, which present a predominance of white residents and income levels above ten minimum wages.

Keywords: Right to the Landscape; Socio-spatial segregation; South Zone of Rio de Janeiro.

Resumen: Este trabajo busca analizar cómo las intersecciones étnico-raciales y de clase estructuran la producción del paisaje en la Zona Sur de Río de Janeiro, resultando y siendo resultado del proceso de segregación socioespacial legitimado por el Estado. La investigación adopta un enfoque cuali-cuantitativo y utilizó como instrumentos metodológicos la revisión bibliográfica, el levantamiento de datos secundarios del Instituto Pereira Passos y del Censo Demográfico de 2022 del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, el trabajo de campo y la elaboración de mapas temáticos. Los resultados indican un patrón de segregación que combina una alta concentración de población negra y parda y bajos ingresos en las áreas de favela, en contraste con los barrios, que presentan predominio de población blanca y niveles de renta superiores a diez salarios mínimos.

Palabras clave: Derecho al paisaje; Segregación socioespacial; Zona Sur de Río de Janeiro.

Introdução

As transformações na paisagem da cidade do Rio de Janeiro possuem relações estritas com diversos acontecimentos históricos, indo desde a chegada da família Real no período do Império, até as mais recentes para a recepção de megaeventos. Neste sentido, a paisagem está para além de um recurso representacional e técnico na medida em que compreende a ação política dos sujeitos que a constituem e a transformam de acordo com suas perspectivas sociais. O resultado dessas ações expressa-se em paisagens mais ou menos democráticas. Dessa forma, corroboramos Cosgrove ao explicitar que:

A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, como a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. A paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", uma unidade visual. A palavra surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seus ambientes (Cosgrove 1985, 223).

Por seu turno, ao abordar a noção de política da paisagem, (Ribeiro 2018, 155) a percebe como o “conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que se desenvolvem a partir de diferentes práticas e formas de conhecimento”. Neste sentido, concebe-se o direito à paisagem a partir da perspectiva das disputas políticas na busca por estabelecer e reestabelecer as relações entre o espaço e a sociedade, de modo a garantir o acesso a elementos que caracterizam a cultura, a identidade e o patrimônio histórico da população.

Essa concepção dialoga com a noção de marcadores sociais da diferença, apresentada por (Brandão e Alzuguir 2022), uma vez que os processos de regulação do território também definem quem pode usufruir da paisagem e de que forma. Os referidos autores explicam que essas ferramentas teóricas e políticas que nos classificam em relação aos demais, impondo barreiras estruturais para o acesso a recursos, como educação, saúde, previdência, assistência social, arte, cultura, entre outros, são designadas como marcadores sociais da diferença. As dimensões da sexualidade, do gênero, da classe social, da raça ou etnia que distingue nossos corpos, assim como a presença ou ausência de deficiências físicas ou intelectuais, devem ser levadas em conta para conceber formas de promover a acessibilidade com o intuito de corrigir tais disparidades sociais. De acordo com os autores,

Embora muitos considerem naturais tais marcas de distinção social - nascemos assim -, o modo como são valoradas, ou seja, os valores atribuídos a tais classificações produzem uma hierarquia, uma escala com polos positivo e negativo, na qual as pessoas são distribuídas em diferentes posições conforme as marcas de pertencimento social (Brandão e Alzuguir 2022, 75).

Nesta perspectiva, Collins e Bilge (2020) apontam que a interseccionalidade investiga como as relações de poder influenciam as relações sociais, considerando que categorias como raça, classe, gênero, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A análise aqui desenvolvida parte do entendimento de que as relações de poder que envolvem raça e classe não se manifestam como entidades distintas, mas se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Reconhecer essa dinâmica é essencial para compreender a noção de disputa pelo direito à paisagem como uma relação assimétrica de poder, nas quais mecanismos estatais e de mercado frequentemente sobrepõem-se às demandas por usufruto e pertencimento das comunidades.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar como as interseções étnico-raciais e de classe estruturam a produção da paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro. O texto tem por estrutura essa parte introdutória; área de estudo, em que são apresentadas as principais características territoriais da Zona Sul e seu histórico de ocupação; a metodologia adotada para alcançar os objetivos da pesquisa; o desenvolvimento, no qual se aborda os principais conceitos que embasam a escrita; o tópico resultados e discussões que busca realizar a análise do real à luz da teoria; e as considerações finais que tecem as análises elaboradas.

Área de estudo

Uma das formas de divisão da cidade do Rio de Janeiro é feita por cinco regiões geográficas comumente conhecidas como: Centro, Zona Norte, Zona Sul e Zona Sudoeste e Zona Oeste, conforme demonstra a Figura 01.

Figura 01. Localização das cinco regiões geográficas da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

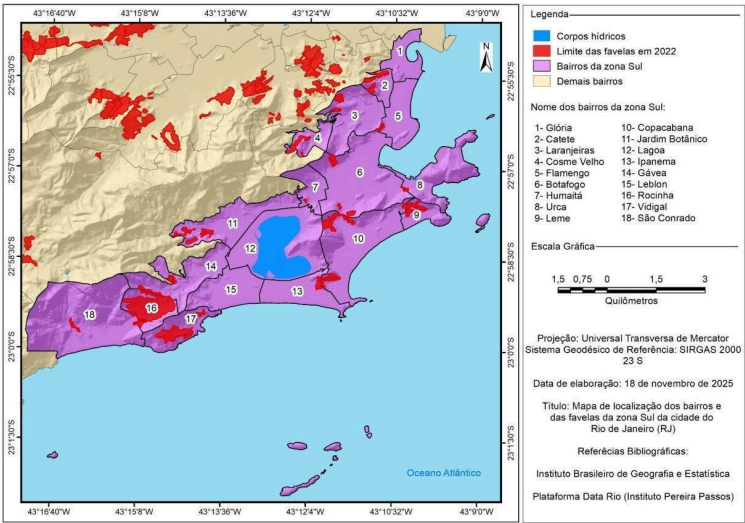


Fonte: Magalhães e Gama 2025.

A Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (Zona Sul) abrange uma área de 45,23 km², distribuída em 18 bairros: Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Gávea, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, Leme, Rocinha, São Conrado, Urca e Vidigal. Segundo o (IBGE 2025), bairros são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas por meio de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.

Desses 45,23 km², 2,41 km² correspondem a áreas de favela, situadas principalmente em encostas íngremes e talvegues (Figura 02). A atual nomenclatura técnica utilizada pelo IBGE para favelas e comunidades urbanas se refere a locais em que há: Domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos, como iluminação, água, esgoto, drenagem e coleta de lixo por parte de quem deveria fornecer esses serviços; Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura geralmente feitos pela própria comunidade, seguindo parâmetros diferentes dos definidos pelos órgãos públicos; Localização em áreas com restrição à ocupação, como áreas de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou de risco (Nicoceli e Croquer 2024).

Figura 02. Mapa de localização dos bairros e das favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Os autores 2025.

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, apenas os bairros Leblon e Glória não possuem áreas de favelas, e os bairros Rocinha e Vidigal possuem as maiores favelas da Zona Sul. O Quadro 01 apresenta as 28 favelas da Zona Sul e os bairros onde estão localizadas.

Quadro 01. Favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Favelas da Zona Sul		Localização
1	Babilônia	Copacabana, Leme e Botafogo
2	Chácara do Céu	Vidigal
3	Chapéu Mangueira	Leme
4	Cosme Velho	Cosme Velho
5	Do Horto	Jardim Botânico
6	Fazenda Catete	Catete
7	Guararapes	Cosme Velho
8	Humaitá	Humaitá
9	Júlio Otoni	Laranjeiras
10	Ladeira dos Tabajaras	Copacabana e Botafogo
11	Mangueira (RA - Botafogo)	Botafogo
12	Matinha (RA - Rocinha)	Rocinha e São Conrado
13	Morro Azul	Flamengo, Laranjeiras e Botafogo
14	Morro do Cantagalo	Copacabana e Ipanema
15	Morro dos Cabritos	Copacabana e Lagoa
16	Morro Santa Marta	Laranjeiras e Botafogo
17	Pavão-Pavãozinho	Copacabana
18	Rocinha	Gávea, São Conrado e Rocinha
19	Tavares Bastos	Catete e Laranjeiras
20	Vidigal	Vidigal

21	Vila Benjamim Constant	Urca e Botafogo
22	Vila Cândido	Cosme Velho
23	Vila Canoas	São Conrado
24	Vila da Imaculada Conceição	Cosme Velho
25	Vila Parque da Cidade	Gávea
26	Vila Pedra Bonita	São Conrado
27	Vila Pereira da Silva	Laranjeiras
28	Vila Santo Amaro	Catete

Fonte: IBGE, 2022, Censo Demográfico. Adaptado pelos autores 2025.

Para compreender a presença e a localização das favelas listadas no Quadro 01, bem como a formação da paisagem contrastante da Zona Sul, é fundamental recorrer ao contexto histórico dual de sua ocupação. Enquanto a região se consolidava como área de elite através de investimentos estatais e valorização imobiliária, desenvolvia-se paralelamente um intenso processo de favelização que remonta ao período pós-abolição.

O processo de expansão das favelas no Rio de Janeiro ocorreu de forma mais intensa em alguns períodos, e em outros de forma mais desacelerada (Carvalho 2015). Segundo (Maiolino 2008), desde os anos 70 do século XIX, o déficit de moradias na cidade se tornara expressivo, com a chegada de muitas pessoas escravizadas que foram libertas das fazendas de café decadente. Com isso, a população que habitava os cortiços aumentou de 21.929 (de um total de 191.002 habitantes) para 46.680 entre 1861 e 1888. Vale ressaltar que, de acordo com o (IBGE 2011), em 1872 havia 48.939 pessoas escravizadas no município, representando 17,8% da população total (que era de 274.972 habitantes). Em 1888, a Lei Áurea encerrou o regime escravocrata do Brasil e os negros libertos acabaram habitando os espaços mais precários e afastados dos bairros centrais, refletindo até hoje na condição social da cidade que se mostra bastante desigual.

Oficialmente, a primeira ocupação com essas características no Brasil foi o Morro da Favella no centro do Rio de Janeiro que teve início em 1897 e existe até hoje, porém atualmente é conhecida como “Morro da Providência” (Diaferia e Navarro 2024). A primeira grande disseminação das favelas ocorreu entre os anos de 1910 e 1930, quando a denominação “favela” foi frequentemente utilizada para designar aglomerados de casebres que ocupavam as Zonas Norte, Sul e Central da cidade do Rio (Silva 2005). No entanto, segundo (Costa 2011), somente a partir de 1930, as favelas passam a se constituir a principal alternativa habitacional para a população com baixo poder aquisitivo e os migrantes.

Enquanto esse processo de favelização se consolidava, a ocupação formal da Zona Sul seguia um caminho distinto, marcado pela valorização imobiliária. A atual paisagem da Zona Sul

carioca, com a presença de favelas com alta densidade populacional, é resultado do processo de ocupação dessa região do Rio de Janeiro, que foi marcado pelo histórico de valorização do espaço, influenciado por fatores geográficos, econômicos e sociais. Inicialmente, a região era composta por arrabaldes desertos, como a área que hoje corresponde a São Conrado, integrando a antiga freguesia da Gávea, que se estendia até a Lagoa Rodrigo de Freitas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019; Freitas 2020). A ocupação efetiva começou a ganhar impulso a partir do século XIX, com a construção de casas de veraneio em antigas fazendas, como a São José da Lagoinha da Gávea, de propriedade de Salvador Correia de Sá e Benavides (Freitas 2020).

O acesso à região era inicialmente feito por via marítima ou por estradas precárias, como a Estrada da Gávea, conhecida como “Trampolim do Diabo” devido às suas curvas sinuosas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019). A situação mudou com a abertura da Avenida Niemeyer em 1918, obra iniciada por Charles Armstrong e concluída pelo Comendador Conrado Niemeyer, que permitiu a ligação terrestre entre o Leblon e a Praia da Gávea, atual São Conrado (Freitas 2020). Essa via (Figura 03) foi fundamental para a valorização da região e para o surgimento de loteamentos residenciais destinados às classes média e alta.

Figura 03. Avenida Niemeyer na década de 1920.



Fonte: Arquivo Nacional *apud* Freitas 2020.

A consolidação da Zona Sul como reduto das elites coincidiu com a expansão e visibilização das favelas na região. A partir da década de 1920, a Zona Sul tornou-se preferência das elites cariocas, atraídas pela beleza natural, pelo microclima amenizado pela proximidade com o mar, além dos investimentos do Estado em infraestrutura, como a construção de túneis, aterros e novas

vias (Villaça 1998). Bairros como Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon consolidaram-se como áreas nobres, com intensa verticalização e oferta de serviços (Bernardes 1990).

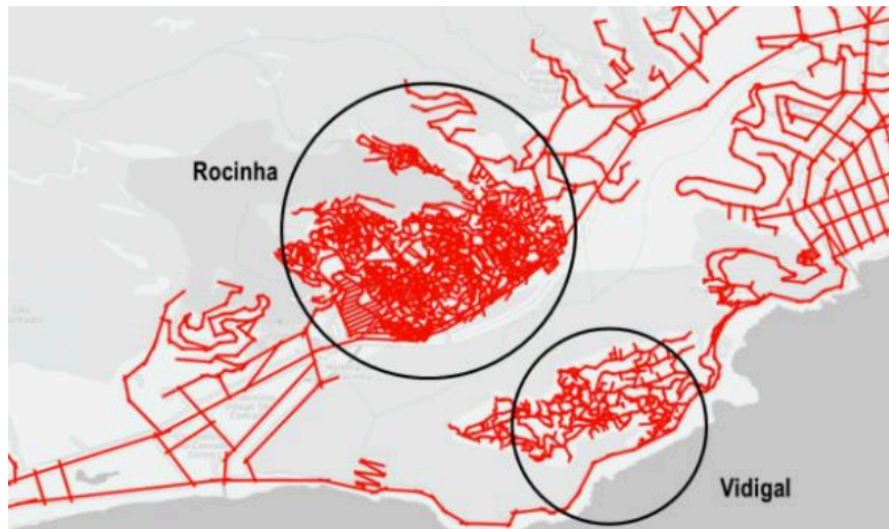
Nesse mesmo período, as favelas da Zona Sul ganhavam nova dimensão. Na década de 1940, as favelas se distribuíam pelos distritos mais urbanizados do Centro, pelos distritos industrializados da Zona Sul (Botafogo), Zona Norte (Tijuca e São Cristóvão), e algumas poucas favelas na periferia urbana (Madureira, Méier e Penha). Segundo o levantamento realizado pelo Serviço Nacional da Febre Amarela, em 1940 havia 63.317 casebres nas favelas cariocas, e 89.635 em 1949 (Silva 2005).

Até o final da década de 1940, a segunda grande expansão dos aglomerados revela modificações importantes. Além da intensificação do crescimento para o norte suburbano, que envolveu tanto favelas antigas quanto o surgimento de novos assentamentos, há uma mudança substantiva nas favelas da valorizada zona sul: à grande visibilidade ideológica que possuíam através da divulgação da imprensa, passou a corresponder a sua visibilidade física (Silva 2005, 193).

O processo de modernização da Zona Sul nas décadas seguintes acentuou ainda mais os contrastes. A inauguração do Túnel Dois Irmãos (atual Zuzu Angel) em 1971, que liga a Gávea a São Conrado, e da Autoestrada Lagoa-Barra em 1981, reforçaram a acessibilidade e impulsionaram o adensamento populacional e imobiliário, especialmente em São Conrado. Dessa forma, o Estado contribuiu para promover a expansão em direção ao bairro, cuja parte plana foi sendo ocupada por edifícios com mais de 20 pavimentos ao longo da autoestrada. Em 1982, foi inaugurado o Shopping São Conrado Fashion Mall, focado em artigos de luxo e, nesse mesmo ano, foi lançado o Condomínio Praia Guinle, um dos mais nobres da cidade, refletindo a classe média alta que habitava aquela região (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019; Freitas 2020).

Paralelamente, as áreas de encosta foram ocupadas por populações de baixa renda, formando favelas que cresceram de forma orgânica, como a Rocinha e o Vidigal (Figura 04), e sem o planejamento adequado, muitas vezes em terrenos desvalorizados pelo mercado formal. Essas ocupações consolidaram-se como parte da paisagem da Zona Sul, evidenciando a segregação socioespacial típica do Rio de Janeiro, onde áreas de alta renda coexistem com territórios marcados pela precariedade de infraestrutura urbana (Sant'anna 2012). Essa polarização das áreas de favela e de bairros advém da necessidade dos segmentos mais excluídos do mercado de trabalho morarem próximos da fonte de concentração de renda, ou seja, a proximidade física dos habitantes das favelas com o mercado de trabalho (Maiolino 2008).

Figura 04. Padrão orgânico das favelas Rocinha e Vidigal, com vias de acesso por becos e travessas e de circulação a pé/bicicleta.



Fonte: Medeiros 2020, 99.

A partir da década de 1950, as favelas constituíram um local de acolhimento de migrantes vindos das zonas rurais. Esta população frequentemente se voltava à prestação de serviços na construção civil, comércio e no trabalho doméstico (Maiolino 2008). O aumento da migração para a cidade impulsionou a expansão dessa forma de ocupação, que só foi limitada a partir de meados da década de 1960, quando o Estado adotou a política de erradicação de alguns aglomerados e posterior remoção. No entanto, na década de 1980, essas áreas voltam a crescer devido à maior tolerância (período mais democrático) e interesse do poder público no reconhecimento das favelas existentes, além da crise econômica desencadeada no período, conhecida como a década perdida (Costa 2011).

Ao longo do século XX, essa dinâmica de segregação não apenas se manteve, como se intensificou. A falta de políticas habitacionais adequadas e a especulação imobiliária contribuem para a manutenção das desigualdades e para a expansão vertical das favelas. Perlman explica que:

Despite all efforts to discourage the growth of new favelas and contain the growth of existing ones, Rio's favelas have grown considerably faster than the rest of the city, in every decade from 1950 to 2000. An addition to the formation of new favelas, the older ones have expanded vertically and horizontally as new migrants arrive, families grow and rental units are added on. The volcanic upward thrust of vertical expansion (...) reflects the high demand for space in the South Zone favelas especially, and the total freedom from zoning regulations or construction codes. Favelas also expand horizontally, gradually growing up into the hillsides and out into forested areas (Perlman (2010, 28)).¹

¹ Apesar de todos os esforços para desencorajar o crescimento de novas favelas e conter o aumento da ocupação das já existentes, as favelas do Rio cresceram consideravelmente mais rápido do que o resto da cidade, em todas as décadas de 1950 a 2000. Além da formação de novas favelas, as já existentes vêm crescendo vertical e horizontalmente à medida que novos migrantes chegam, e com isso as famílias aumentam e as unidades de aluguel são adicionadas. A expressiva

Nas cidades ocorrem três tipos de crescimento: populacional, horizontal e vertical. O crescimento populacional refere-se ao aumento do número de habitantes; o crescimento horizontal está associado à expansão do perímetro urbano, que se amplia com a criação de novos loteamentos e a consequente incorporação de áreas rurais ao tecido urbano; já o crescimento vertical ocorre por meio da construção de edifícios residenciais ou de serviços, adensando o espaço sem ampliar sua área física (Sposito 2008).

As Figuras 05 e 06 mostram o padrão das construções das favelas de grande extensão Rocinha e Vidigal que é mais verticalizado, com alta ocorrência de domicílios de dois ou mais pavimentos. Isso ocorre devido às dificuldades impostas pela geomorfologia, que faz com que a verticalização das áreas já ocupadas seja muito mais intensa do que a expansão territorial horizontal, o que define esta alta densidade.

Figuras 05 e 06. Favelas Rocinha, à esquerda, e Vidigal, à direita, com predomínio de construções com dois ou mais pavimentos.



Fonte: Gazeta do Pantanal, 2013. E os autores 2021.

Assim, a ocupação da Zona Sul do Rio de Janeiro é resultado de um processo histórico de valorização imobiliária, investimentos em infraestrutura urbana, principalmente pelo poder público, e dinâmicas socioespaciais excludentes, que conformam um território de contrastes, onde ocorrem disputas políticas permanentes pelo direito à paisagem.

expansão vertical (...) reflete a alta demanda por espaço, especialmente nas favelas da Zona Sul, e a falta de comprometimento com os regulamentos de zoneamento ou com as normas da construção civil. As favelas também se expandem horizontalmente, ocupando gradativamente as encostas e as áreas de floresta (Tradução livre).

Metodologia

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, estruturada em etapas integradas que permitiram compreender a produção da paisagem e os contrastes socioespaciais na Zona Sul do Rio de Janeiro. O estudo iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de espaço, paisagem e direito à paisagem, bem como sobre o processo histórico de ocupação da região. Em seguida, foi realizada a coleta de dados secundários em órgãos públicos, utilizando os resultados finais do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e bases cartográficas do Instituto Pereira Passos (IPP) sobre os limites oficiais de bairros e a rede de corpos hídricos.

Para espacializar e analisar as interseções entre questões étnico-raciais e de classe, os mapas temáticos foram elaborados por meio de técnicas de geoprocessamento. Utilizou-se o *plugin* Censo IBGE no *software* QGIS 3.22 para extrair dados sobre distribuição da população preta ou parda e rendimento médio mensal dos(as) responsáveis pelos domicílios na escala 1:25.000. No *software* ArcGis 10.8, esses dados foram trabalhados incluindo outras camadas vetoriais (*layers*) extraídas da plataforma Data Rio dentro do Armazém de Dados do IPP na escala 1:10.000, e o *layout* dos mapas foram realizados. Utilizou-se também o *Excel*, onde foram feitos cálculos de áreas e do total de população, além do gráfico de população da Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) por cor.

Para uma compreensão qualitativa dos contrastes socioespaciais que são apresentados nos mapas, foi realizado um trabalho de campo no dia 28 de abril de 2021 nos bairros do Leblon e do Vidigal. Assumiu-se para este trabalho de campo a perspectiva exploratória, por esta ser “desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, conforme nos aponta (Gil 1999, 43). Ainda segundo referido o autor, a pesquisa exploratória tem por finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, a partir das quais torna-se possível a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis, de modo que ao final do processo tem-se um problema mais esclarecido e passível de sistematização (Gil 1999).

A atividade empregou a técnica de observação sistemática da paisagem, em que o percurso foi definido com o objetivo de analisar a transição entre a malha urbana formal dos bairros Leblon e Vidigal e a área da favela do Vidigal, entendendo as dinâmicas de segregação socioespacial dessa região. Durante o campo, foram identificados aspectos como a materialidade das construções e da infraestrutura urbana, os usos e apropriações do espaço público e os processos de verticalização na favela. A etapa final consistiu na análise integrada dos dados, articulando o referencial teórico com

as evidências cartográficas, censitárias e de campo, o que possibilitou a apresentação dos resultados da pesquisa.

Desenvolvimento

Em um contexto de crises socioambientais e transformações aceleradas, a paisagem se afirma como o locus privilegiado de disputas pelo poder de definir, apropriar e (res)significar o território. Para decifrar essas dinâmicas que moldam a paisagem, é fundamental compreender o espaço em sua totalidade contraditória. Como explica (Santos 1978), o espaço deve ser entendido como um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual, um conjunto de formas que materializam relações sociais de dominação e resistência, herdadas do passado e atualizadas no presente.

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (Raffestin 1993, 144).

Essa lógica fica explícita no ambiente urbano, onde o espaço evidencia sua dupla face: é simultaneamente produto e instrumento de poder. Conforme (Corrêa 2002), o espaço urbano é fragmentado e articulado por fluxos de capital, decisões de investimento e pela prática da ideologia. Ele é um reflexo de ações passadas e presentes que cristalizam hierarquias e exclusões. Dessa forma, “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (Santos 1978, 145).

É nesse território em disputa que a paisagem emerge como a dimensão visível do conflito. Ela é a porção do espaço apreendida pelo olhar, mas também é um artefato carregado de intencionalidade. Para (Santos 1996, 66), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Enquanto artefato, é a materialização de escolhas políticas, econômicas e culturais, revelando não apenas a estrutura produtiva, mas também o imaginário social hegemônico e as resistências que lhe são opostas. A paisagem, portanto, narra, através de suas formas, a história daqueles que tiveram o poder de moldá-la e daqueles que foram por ela apagados.

A própria origem do conceito, como relembra (Tuan 1980, 188), atesta essa tensão.

A palavra *landschap*, originária do holandês, designava alguns lugares comuns como “um conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa”. Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu

suas raízes terrenas e adquiriu significado valioso a arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi a representação artística desse panorama. Paisagem também foi o pano de fundo de retratos oficiais; o “cenário” de uma “pose”. Com tal significado, a palavra integrou-se inteiramente no mundo de faz de conta.

A palavra holandesa *landschap* designava uma unidade territorial tangível, concreta, comunitária. Sua transformação em representação artística e “cenário” integrou-a a um “mundo de faz de conta”, frequentemente ao serviço de uma narrativa de poder e dominação. Retomar a origem terrena da paisagem é, assim, um ato de resistência, pois é insistir que ela pertence ao mundo real das lutas materiais e simbólicas, e não ao domínio etéreo da contemplação descomprometida. Dessa forma, a paisagem configura-se como uma categoria semântica e política em crise permanente. Analisá-la de forma crítica é desvendar as tensões entre memória e apagamento, entre projeto hegemônico e insurgência, entre a mercantilização da natureza e a defesa de modos de vida comunitários. É percebê-la, em última instância, como a expressão concreta da luta pelo poder de definir quem tem o direito de habitar o presente e de moldar o futuro.

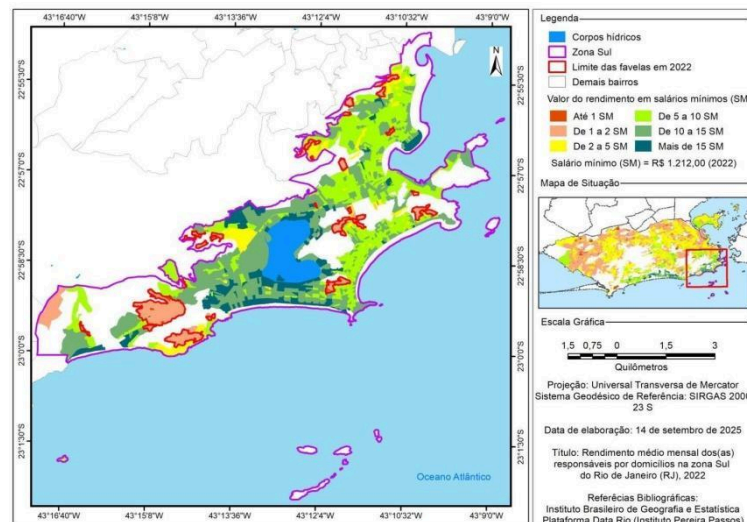
Nesse sentido, compreende-se a paisagem como a expressão material - forma - das relações dialéticas entre a sociedade e o espaço. Ao tratarmos o espaço como um campo de forças que resulta em/de relações sociais de dominação e de resistência, compreendemos que a própria produção do espaço resulta dessa disputa. Isso significa que sua materialidade, ou seja, a paisagem, também se expressa como resultado dessas disputas. Não obstante, ao lançarmos o olhar para a paisagem da Zona Sul, fica nítida a distinção entre a produção da paisagem elaborada pela especulação imobiliária e pela produção da paisagem elaborada por aqueles que estão à margem dessa especulação.

Resultados e discussões

A paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro materializa o que Milton Santos (1978) identificou como um “verdadeiro campo de forças”, onde se expressam relações sociais, econômicas e ambientais desiguais. A Figura 07 apresenta a distribuição do rendimento médio mensal, em salários mínimos, dos(as) responsáveis pelos domicílios na Zona Sul do Rio de Janeiro em 2022, que varia de R\$ 1.074,29 em Laranjeiras, a R\$ 54.926,08 na Lagoa, sendo que a média dessa renda na região é de R\$ 10.127,31. Porém, a região revela um padrão de forte contraste socioeconômico na produção do espaço: enquanto a maior parte dos bairros é ocupada pelas classes de maior rendimento (com predominância de faixas entre 5 e 15 salários mínimos e, em alguns setores, mais de 15), observa-se que os residentes das áreas de favelas apresentam rendimentos

muito mais baixos, concentrando-se nas faixas de até 1 salário mínimo ou entre 1 e 2 salários mínimos.

Figura 07. Rendimento médio mensal dos(as) responsáveis por domicílios na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), 2022.

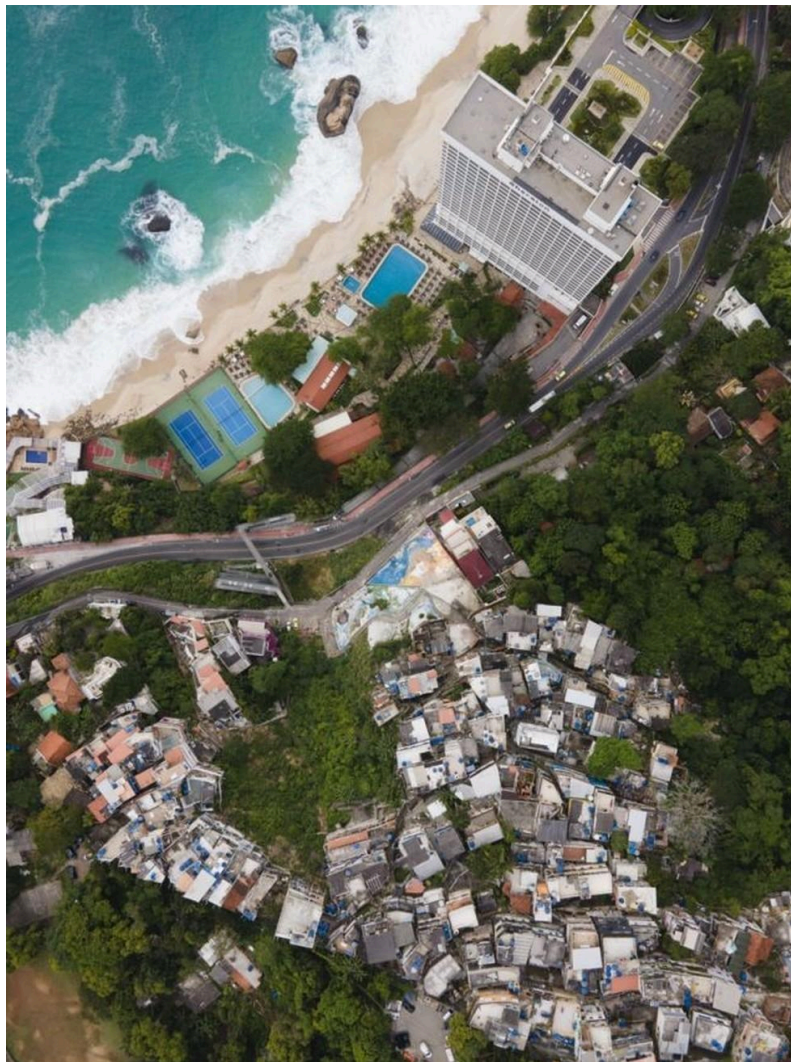


Fonte: Os autores 2025.

Esse padrão reforça a fragmentação (Carlos 2003) característica da geografia social do Rio de Janeiro: moradores de alta renda e moradores de baixa renda coexistem em áreas vizinhas, mas com condições de vida, infraestrutura e acesso a oportunidades desiguais. Tal configuração é consequência de um processo histórico de ocupação urbana marcado pela valorização do solo e pela segregação socioespacial, em que populações de menor renda ocuparam encostas e áreas periféricas aos bairros nobres.

No bairro Vidigal é nítido a desigualdade social existente, a Figura 08 mostra que a favela Chácara do Céu se situa em meio a uma área valorizada pelo setor imobiliário, onde se encontra o tradicional hotel de luxo Sheraton, que possui piscinas, quadras de esporte, diversos restaurantes e acesso à praia, atraindo muitos turistas nacionais e internacionais. Temos, portanto que, “o processo de produção da sociedade se, de um lado, cria um espaço homogêneo, de outro, produz sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado” (Carlos 2003, 195).

Figura 08. Favela Chácara do Céu e o entorno.



Fonte: Carrança 2020.

Essa imagem aérea sintetiza a dimensão política do direito à paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro. O Hotel Sheraton transforma a paisagem litorânea em recurso econômico e estético, reforçando sua valorização simbólica e turística, enquanto os moradores da Chácara do Céu enfrentam acesso desigual a esses mesmos atributos. Embora espacialmente próximas, as duas áreas não compartilham as mesmas possibilidades de usufruto, evidenciando que a paisagem é produzida e distribuída segundo lógicas seletivas orientadas por interesses imobiliários e de mercado. A favela integra a paisagem, mas permanece excluída do direito a ela, entendido como o direito de ver, ser visto, permanecer e participar das decisões que moldam o ambiente. O cenário evidencia, assim, os efeitos de processos históricos de urbanização desigual, nos quais as comunidades de baixa renda

são confinadas a áreas de menor interesse econômico, ainda que funcionalmente próximas o suficiente para sustentar serviços e demandas da população de maior renda.

Esse padrão de justaposição entre territórios formais e informais repete-se em outros pontos da Zona Sul, como demonstra a Figura 09, que apresenta a favela Pavão-Pavãozinho em Copacabana, vista a partir da malha urbana regular do bairro. A imagem evidencia uma fronteira nítida: na base, edifícios alinhados e homogêneos, com ruas asfaltadas e infraestrutura consolidada; ao fundo, a favela se projeta verticalmente pela encosta, marcada por construções densas e irregulares. Entre essas duas realidades, o túnel atua como eixo de circulação, mas também como barreira simbólica, reforçando a separação entre os espaços. Apesar da proximidade física, a distância material e simbólica permanece acentuada, revelando a paisagem como expressão das hierarquias sociais e espaciais. Assim como no Vidigal, a presença da favela é inegável na composição visual, mas seu direito à paisagem segue restrito e negado.

Figura 09. Justaposição espacial em Copacabana.

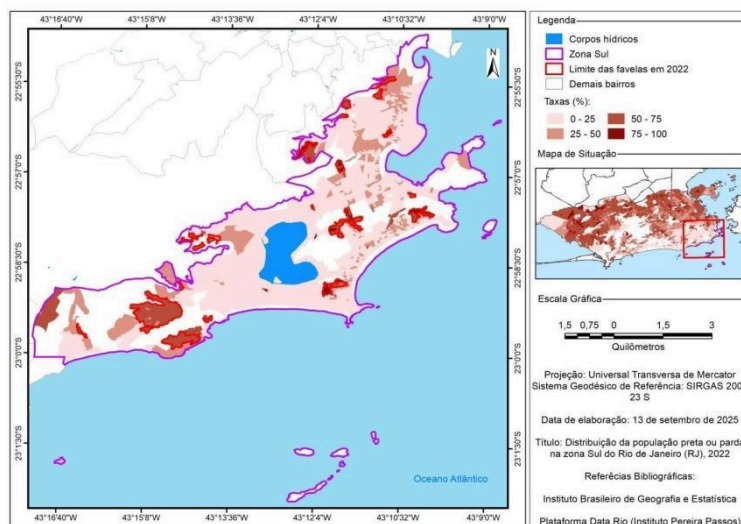


Fonte: Rossi 2014.

A Figura 10 apresenta a distribuição da população preta ou parda na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) em 2022. A análise espacial mostra um padrão bastante evidente de concentração populacional, em que as áreas com maiores proporções de população preta ou parda coincidem em grande medida com os limites das favelas. Isso revela um cenário de segregação socioespacial, no qual a população preta ou parda e em situação de pobreza se encontra majoritariamente nas áreas de favela, enquanto os bairros da Zona Sul, que são regiões de alto valor imobiliário, possuem maior concentração de pessoas autodeclaradas da cor branca e com alto poder aquisitivo. Além disso,

nota-se que há algumas áreas fora das favelas com concentração intermediária, mas elas são minoritárias.

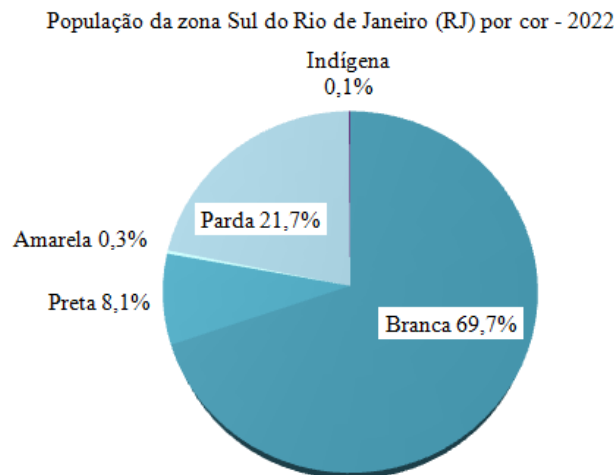
Figura 10. Distribuição da população preta ou parda na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), 2022.



Fonte: Os autores 2025.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a Zona Sul da cidade possui 582.768 residentes, sendo que 406.411 (69,7%) são autodeclarados brancos, 47.366 (8,1%) pretos, 1.891 (0,3%) amarelos, 126.716 (21,7%) pardos e 384 (0,1%) indígenas. A Figura 11, que apresenta a composição racial da Zona Sul, revela um importante dado quando comparada com a Figura 10: enquanto a região como um todo é majoritariamente branca (69,7%), as favelas, que compõem parte deste mesmo território, concentram uma população predominantemente preta e parda. Esse contraste evidencia que a segregação urbana não se limita à dimensão socioeconômica, mas está profundamente estruturada por marcadores raciais, reforçando desigualdades históricas na ocupação do espaço.

Figura 11. População da Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) por cor, 2022.



Fonte: IBGE 2022. Adaptado pelos autores 2025.

Essa análise evidencia que a Zona Sul do Rio de Janeiro, embora seja uma das regiões mais valorizadas da cidade, reproduz de forma nítida a estrutura de desigualdade racial e socioeconômica que marca a paisagem urbana carioca. A alta presença de população preta ou parda nas favelas em situação de pobreza, somada à predominância de pessoas da cor branca nos bairros nobres, revela que os efeitos da segregação histórica permanecem atuais, que continuam a limitar o acesso equitativo à infraestrutura urbana. Essa segregação não é acidental, mas expressão concreta do que (Raffestin 1993) define como espaço "dado como matéria-prima" que é apropriado de forma desigual pelos diferentes atores sociais.

Assim, compreende-se como a cidade expressa, em seu território, a desigualdade estrutural: um espaço fragmentado, onde a valorização imobiliária, a lógica de mercado e a herança de processos excludentes de urbanização determinam quem pode ou não ocupar determinados ambientes, bem como transformar a paisagem. Essa configuração coloca desafios para o planejamento urbano e para a formulação de políticas públicas que busquem reduzir a segregação socioespacial e promover o direito à paisagem de forma mais equitativa.

Considerações finais

Os processos de transformação da Zona Sul carioca são resultado da dialética entre a sociedade e o espaço, influenciados pelos marcadores sociais da diferença, ao passo em que geram paisagens marcadas pelas desigualdades socioeconômicas, onde por um lado temos bairros nobres

ocupados pela elite e por outro, favelas em que o poder público não fornece infraestrutura urbana adequada. Essas territorialidades coexistem na mesma paisagem, contudo demonstram uma grande segregação nas suas características sociais, econômicas e ambientais.

Os dados demográficos e de renda revelam que a população preta ou parda está concentrada nas áreas de favela, com rendimentos médios inferiores aos observados nos bairros nobres, majoritariamente ocupados por população da cor branca de alta renda. Nesse contexto, o direito à paisagem assume papel central como instrumento para pensar uma cidade mais justa. Reconhecer a paisagem como bem coletivo e como expressão da memória e da identidade de diferentes grupos sociais é passo fundamental para romper com lógicas hegemônicas de mercantilização do espaço. Políticas públicas integradas que contemplem urbanização de favelas, acesso a moradia digna, transporte, cultura e lazer são essenciais para democratizar o uso e o significado da paisagem urbana.

Portanto, a paisagem da Zona Sul deve ser compreendida não apenas como cenário turístico ou patrimônio estético, mas como território de disputa política. Sua análise crítica permite desvelar os conflitos, resistências e disparidades que moldam a cidade, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a construção de um espaço urbano mais equitativo, no qual diferentes sujeitos tenham direito não apenas de habitá-lo, mas também de vivê-lo em sua plenitude.

Referências Bibliográficas

Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti. 1990. *A cidade do Rio de Janeiro: estudos de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE.

Brandão, Elaine Reis, e Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir. 2022. *Gênero e Saúde: uma articulação necessária*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Carlos, Ana Fani Alessandri. 1996. “A natureza do espaço fragmentado”. Em *Território: globalização e fragmentação*. Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira (orgs.). 191–97. São Paulo: Hucitec/ANPUR.

Carrança, Vanessa. 2020. “A desigualdade brasileira vista do alto em imagens impressionantes.” *BBC News Brasil*, 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55327609>.

Carvalho, Janaina. 2015. “Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos”, *O Globo*, 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>.

Collins, Patricia Hill, e Sirma Bilge. 2020. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf.

Corrêa, Roberto Lobato. 2002. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

Cosgrove, Denis. 1985. *Social Formation and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm.

Costa, Valéria Grace. “Traços e tendências recentes da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, no. 5 (2011): 161–80.

Diaferia, Mauro, e Rodrigo Navarro. 2024. “Qual cidade brasileira tem mais favelas?” *Super Interessante*, 22 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-cidade-brasileira-tem-mais-favelas/>.

Freitas, Renata. 2020. *História dos bairros: São Conrado e Vidigal*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Freitas, Rosana. 2020. “A natureza e a arquitetura de São Conrado.” *MultiRio*, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15430-a-natureza-e-a-arquitetura-de-s%C3%A3o-conrado>.

Gazeta do Pantanal. “Favelas cariocas viram opção de hospedagem durante a Copa, diz NY Times”, *Gazeta do Pantanal*, 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopantanal.com/2013/12/favelas-cariocas-viram-opcao-de-hospedagem-durante-a-copa-diz-ny-times/>.

Gil, Antônio Carlos. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

IBGE. 2025. “Notas metodológicas”. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0.

IBGE. 2022. “Censo Demográfico”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>.

IBGE. 2011. *Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872–2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

Magalhães, Luiz Ernesto, e Madson Gama. 2025. “Você é da Zona Oeste ‘raiz’ ou da Zona Sudoeste? Entenda projeto que cria nova região no Rio, separando Barra de bairros mais afastados.” *O Globo*, 15 de agosto de 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/08/15/voce-e-da-zona-oeste-raiz-ou-da-zona-sudoeste-entenda-projeto-que-cria-nova-regiao-no-rio-separando-barra-de-bairros-mais-afastados.ghtml>.

Maiolino, Ana Lucia Gonçalves. 2008. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.

Medeiros, Juliane Porto Cruz de. *Ler a cidade: o Rio de Janeiro na obra de Lima Barreto*. 2020. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38931>.

Nicoceli, Amanda, e Gustavo Croquer. 2024. “Após 50 anos, IBGE volta a usar o termo favela no Censo.” *O Globo*, 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/23/ibge-favela.ghtml>.

Perlman, Janice. 2010. *Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. Oxford: Oxford University Press.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2019. *História dos bairros: São Conrado*. Rio de Janeiro.

Raffestin, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Ribeiro, Rafael Winter. 2018. “A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife.” Em *Anais do I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem*, Sintra.

Rossi, Fabio. 2014. “Os problemas de infraestrutura no Pavão-Pavãozinho: cinco anos depois de inauguração de UPP, comunidade sofre com esgoto a céu aberto e obras inacabadas.” *O Globo*, 25 de abril de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/os-problemas-de-infraestrutura-no-pavao-pavaozinho-12302053>.

Sant’Anna, Maria José. 2012. *Segregação socioespacial e dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Santos, Milton. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Milton. 1978. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.

Silva, Maria Lais Pereira da. 2005. “Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928–1964).” Em *Rio de Janeiro. Formas, Movimentos, Representações. Estudos de Geografia Histórica Carioca*. 176–201. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação.

Sposito, Eliseu Savério. 2008. *Redes e cidades*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp.

Tuan, Yi-Fu. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

Villaça, Flávio. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.